

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Comunio Brasileira*

Class.: *Política Indig. Oficial*

Data: *26 de julho de 1985*

Pg.: *891*

4468

A atualidade de Rondon

JOÃO VIEIRA

Rondon se fez símbolo das comunicações por dois feitos de vulto, quais sejam: a) pelo entendimento com os índios, ao reconhecer e respeitar seus valores, sua cultura, fazendo-se mundialmente conhecido como "civilizador dos sertões", b) pela implantação da rede de linhas telegráficas, ligando, pela comunicação, núcleos de populações até então isoladas.

Assim, com abertura para o entendimento com os silvícolas e operosidade nas comunicações, Rondon fez-se o grande paradigma brasileiro da cooperação social e da conciliação.

Rondon propôs as linhas gerais de uma política indigenista para o Brasil e nada de novo surgiu depois dele, nesse campo. Houve, isto sim, desvios dos rumos traçados por ele. Expliquemos: Rondon começa com um princípio generoso e patético: "Morrer se preciso for. Matar nunca" — para depois guiar-se por um gradualismo evolucionista que tinha fundamento em suas convicções positivistas. Assim, tinha ele plena consciência de que ao colocar na mão do índio um machado de ferro, um facho de aço, o índio dava um salto de três mil anos e era esse um gigantesco passo, um salto sem retorno. Se era isso inevitável, Rondon o sabia, ressaltando-se os casos desnecessários de pressões progressistas junto a tribos atávicas. Rondon sabia ser paciente. Sabia esperar o ritmo lento de assimilação, pelos índios, dos valores civilizados. Ele jamais permitia que se impusesse a catequese religiosa ou formação cultural leiga a pretexto de "civilizar os índios". Ele os reconhecia como povo possuidor de valores próprios. Como gente de cultura diferente, mas sabia lhes dar a mão. Dava-lhes oportunidades. Rondon tomou das comunidades tribais muitos au-

xiliares para seu projeto no campo prático. Teve ele auxiliares índios como guarda-flores, telegrafistas, vigilantes e até escriturários. Assim, Rondon pretendia valorizá-los nos dois planos: como povo singular e autônomo no plano cultural. Como membros da pátria comum e, portanto, com campo garantido para sua evolução social.

A linha básica da política indigenista traçada por Rondon foi praticamente abandonada e o que há hoje é a indecisão, perplexidade. Busca-se uma volta impossível: a retribalização. As vezes também se fala de "auto-determinação dos povos indígenas". Ou sua contrapartida: o perigo dos "quistos étnicos". De tudo isso resulta confusão e perplexidade quanto ao modelo de trato da questão indígena.

Rondon deixou rumos seguros no tanto que propôs o modelo do respeito ao índio dentro do Estado nacional brasileiro. Convém assinalar, aliás, que a mais significativa contribuição brasileira ao processo civilizatório consiste no exemplo de convívio multirracial. No pluralismo social e étnico, sem prejuízo do espírito de fraternidade nacional. Ou igualmente sem representar obstáculo à nossa unidade como povo. Todavia, isto implica acatamento a tácitos compromissos, no plano sócio-político, por parte das coletividades que configuram o todo nacional. Assim, há que se considerar uma escala das esferas de participação ou cooperação social dos grupos e que, em princípio pode ser resumida em três graus a saber: a) valores culturais próprios com abertura de entendimento nos termos de uma língua nacional; b) valores cívicos comuns; c) razões de Estado iguais.

Cresce, pois, o nível de participação e compromisso com benefícios e renúncias quando se toca a esfera do interesse geral. O acatamento às leis do País é dever de todos, tanto no que tange a indivíduos quanto a grupos. Somente dessa forma se dará o engrandecimento do País.

Assim, faz-se necessário que as comunidades tribais, sobretudo aquelas já em processo de aculturação, tenham plena consciência de sua inserção política no contexto nacional. Contudo as comunidades em estado atávico de cultura, vale dizer, ainda isoladas, sem contato com a sociedade envolvente, devem ser deixadas enquanto puder. Não há por que forçá-las ao contato, à cultura, se isso pode ser protelado, postergado. Nestes casos, os grupos são passíveis até de proteção pela ONU, mas o tutor é o Estado nacional brasileiro. Aliás, é esse um ponto, às vezes, mal interpretado, pois a tutela não é da Funai. Ela é apenas executora do compromisso de tutela, que é da Nação brasileira como um todo.

Vale salientar que os grupos tribais em tais condições são importantes porque são áreas de parâmetros. São áreas que devem ser preservadas enquanto isto for possível.

Como áreas de parâmetros, pois, as tribos em estado atávico de cultura devem ter proteção especial através da tutela. Mas isto não é para dar à Funai o monopólio do contato com os grupos tribais. A Funai deve ordenar e coordenar este contato. O contato de todas as instituições interessadas, pois todo parâmetro é para ser visto e ser estudado. Não há por que vedar o acesso, controlado de estudiosos, escolares, jornalistas, es-

critores, às aldeias. Elas são parâmetros e como tal têm de estar relativamente abertas à observação.

Penso que o alto prestígio das culturas primitivas não está na força de seus valores ancestrais, mas na crise dos valores modernos. Na descrença dos valores da civilização. A esse propósito há uma observação pertinente de François Giraud, educadora francesa, que disse ter a humanidade vivido até os anos 1.500 a era do Projeto Religioso. Com a revolução comercial e industrial, desde os grandes descobrimentos, veio a era do Projeto Econômico. Hoje, diz ela, vivemos a era do "projeto nenhum". Repare que nas duas eras precedentes, os índios tiveram seus valores desconsiderados, menosprezados. Hoje, sem ter em que acreditar, voltamos aos valores ancestrais.

A ruptura total do homem com o meio enseja uma busca incessante do caminho do reencontro e plenitude. A recorrência a valores ancestrais é, indubitavelmente, uma manifestação dessa angústia. Acreditamos que o reencontro do homem com o meio fará inaugurar uma quarta fase do estágio social humano em nosso planeta: a da plenitude terrestre. O prenúncio dessa era pode ser apontado, cremos nós, em fatos como a recuperação do rio Tâmesis na zona metropolitana de Londres, ou no esforço de auto-limitação de certas cidades que procuram se conter em limites aceitáveis quanto à carga demográfica e nas várias iniciativas visando a reintegração da natureza à realidade social humana.

João Vieira é sociólogo e membro do Escritório de Estudos Amazônicos da Universidade Federal de Mato Grosso.